

Importância do Balanço Social para as Entidades do Terceiro Setor sob a Ótica dos Gestores das APAES da Região do Alto Vale do Itajaí/SC

Resumo

Na gestão de entidades do terceiro setor, Falconer (1999) cita aspectos proeminentes, dentre eles: *accountability*, sustentabilidade financeira, capacidade de articulação e qualidade de serviços. O termo *accountability* refere-se à transparência nas ações das entidades do terceiro setor e, segundo Heckert (2001), é de crucial importância para aquelas que trabalham com doações, sendo o Balanço Social um instrumento desenvolvido para aumentar a transparência. O objetivo desse estudo é identificar as percepções dos gestores das APAES da região do Alto Vale do Itajaí/SC sobre o Balanço Social. Trata-se de uma pesquisa descritiva, com abordagem quantitativa, utilizando como procedimento técnico a pesquisa de levantamento ou survey, com aplicação de questionário aos gestores das APAES da região do Alto Vale do Itajaí/SC. Os resultados da pesquisa demonstraram que os respondentes percebem a importância de divulgar suas ações; identificou-se que fazem levantamento de indicadores sociais e ambientais e possuem relatórios das suas atividades. A maioria não publica o Balanço Social, mas o consideram como um instrumento para dar transparência à sociedade acerca de suas ações. Pesquisar a opinião dos gestores dessas entidades acerca dessa temática poderá contribuir para a ampliação das discussões sobre o tema e estimular as entidades do terceiro setor à publicação do Balanço Social.

Palavras-Chave: Balanço Social. Terceiro Setor. Gestão.

Abstract

On the management of third sector organizations, Falconer (1999) cites prominent aspects, including: *accountability*, financial sustainability, capacity for articulation and quality of services. The term *accountability* refers to the transparency in the actions of the third sector organiza-

Silene Rengel

Blumenau - SC

Mestranda em Ciências Contábeis pelo PPGCC/FURB¹

silene@cgconteg.com.br

Paulo Roberto da Cunha

Blumenau - SC

Doutorando em Ciências Contábeis e Administração pelo PPGCC/FURB¹

paulocsa@furb.br

Roberto Carlos Klann

Blumenau - SC

Doutorando em Ciências Contábeis e Administração pelo PPGCC/FURB¹

rklann@furb.br

Jorge Eduardo Scarpin

Blumenau - SC

Doutor em Controladoria e Contabilidade pela FEA/USP²

Professor do PPGCC/FURB¹

jorgescarpin@furb.br

tions, and according to Heckert (2001), it is very important for those who work with donations, and the Social Report is a tool designed to increase transparency. The aim of this study is to identify the perceptions of APAES managers from Alto Vale do Itajaí/SC, about the Social Report. This is a descriptive research

¹ PPGCC/FURB - Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da Universidade Regional de Blumenau - CEP 89012-900 - Blumenau/SC

² FEA / USP - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo - CEP 05508-010 - São Paulo - SP

Artigo recebido em 21/02/11, aceito em 14/12/2011.

ch with quantitative approach, using as a technical procedure the “survey” research, with application of a questionnaire to APAEs managers from Alto Vale do Itajaí/SC. The research results showed that the respondents perceive the importance of disclosing their actions and it was identified that they make survey of social and environmental indicators and have their own reports. The majority of these nonprofit organizations does not publish the Social Report, but consider it as a tool to provide transparency about their action to society. Research the opinions of these organizations’ managers may contribute to the discussion on the subject and encourage the third sector organizations to publish their Social Reports.

Key words: Social Report. Third Sector. Management.

1. Introdução

As entidades do terceiro setor inserem-se na sociedade com ações sociais diversas visando o bem-estar da comunidade. Suas ações são paralelas às do Estado e caracterizam-se pela ausência de finalidade lucrativa.

As ações das entidades de terceiro setor são de interesse público; assim, a transparência das atividades e da gestão dessas entidades é muito importante, principalmente por terem como fonte de recursos para seu custeamento as doações, subvenções e contribuições de voluntários.

Um instrumento importante para dar transparência às atividades desenvolvidas não só pelas entidades do terceiro setor, mas pelas empresas em geral, é o Balanço Social. O Balanço Social tem um papel importante nas entidades do terceiro setor, por reunir informações das atividades desenvolvidas pela entidade na promoção social, humana e ambiental, direcionada a seus funcionários e à comunidade como um todo.

A responsabilidade social, e por consequência, as ações sociais das entidades do terceiro setor, já são totalmente inerentes ao objeto para o qual foram constituídas; por isso, algumas entidades podem se questionar sobre a necessidade de se fazer um Balanço Social. Dessa forma, tem-se como questão-problema: Quais as percepções dos gestores das APAEs da região do Alto Vale do Itajaí/SC sobre o Balanço Social?

Assim, o objetivo desse estudo é identificar as percepções dos gestores das APAEs da região do Alto Vale do Itajaí/SC sobre o Balanço Social.

As entidades do terceiro setor, que possuem títulos ou certificados concedidos pelo governo, são obrigadas por lei a prestar contas de suas atividades de diversas formas. Por exemplo, as instituições que possuem Utilidade Pública Federal devem prestar contas ao Ministério da Justiça. As entidades filantrópicas prestam contas anuais ao Conselho Nacional de Assistência Social. As Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscips) devem disponibilizar a qualquer cidadão suas demonstrações financeiras e seus relatórios de atividades.

No entanto, apesar de divulgarem suas atividades e prestarem contas em virtude das exigências legais, não chegam a dar transparência às suas ações, pois esses relatórios e prestações de contas não mostram todas as ações sociais, não demonstram seu funcionamento interno, sua preocupação com seus colaboradores, com o meio ambiente e com a comunidade local.

Justifica-se esse estudo no sentido de que a transparência pode ser dada à sociedade por meio da publicação do Balanço Social, não apenas como uma maneira de medir o sucesso do trabalho de uma entidade, mas sim como uma forma de dar satisfação à sociedade sobre o que ela está fazendo num todo. Principalmente porque as entidades do terceiro setor recebem muitas doações e contribuições da sociedade em geral, fato que aumenta a importância de demonstrar a aplicação desses recursos, como uma forma de dar retorno à sociedade.

2 Revisão da literatura

Para que se possa discutir a questão-problema desse estudo e atingir o objetivo, é necessário conhecer alguns aspectos conceituais de entidades do terceiro setor e de Balanço Social.

2.1 Terceiro Setor

Movimentos sociais voltados para questões específicas, como discriminação racial, pobreza, preservação do meio ambiente, preconceitos sociais, entre outras, deram origem às organizações denominadas de interesse social ou sem fins lucrativos, ou ainda, entidades do terceiro setor.

No Brasil, a partir da Constituição Federal de 1988, com o aumento das discussões sobre a cidadania, é que surge o terceiro setor como um mercado social. Este setor ocupa, segundo Tachizawa (2002, p. 18), “espaços não preenchidos pelo Estado (primeiro setor) e pela atuação do setor privado, que enfatiza a comercialização de bens e serviços, a fim de atender a expectativas de um mercado comercial (segundo setor)”.

Rosa et al (2003, p. 25), ao conceituar o terceiro setor, considera que ele é derivado de uma junção entre as finalidades do primeiro setor e a metodologia do segundo setor, afirmando que o terceiro setor “é composto por organizações que visam a benefícios coletivos (embora não sejam integrantes do governo) e de natureza privada (embora não objetivem auferir lucros)”.

Nesse sentido, Hudson (1999, p. 11) afirma que o termo “terceiro setor” diferencia essas organizações do setor público (primeiro setor) e do setor privado (segundo setor).

O traço comum que une todas essas organizações é que são orientadas por valores: são criadas e mantidas por pessoas que acreditam que mudanças são necessárias e que desejam, elas mesmas, tomar providências nesse sentido. [...] Ao contrário de organizações do setor privado, não distribuem lucros a seus proprietários e, diferente das organizações do setor público, não estão sujeitas a controle político direto.

As características básicas do terceiro setor, composto pelas entidades de interesse social, são, de acordo com Conselho Federal de Contabilidade (2007): o desenvolvimento de ações voltadas ao bem-estar comum; não terem finalidades lucrativas; adotarem personalidade jurídica adequada aos fins sociais (associação ou fundação); terem suas atividades financiadas pelo primeiro setor (governo) por meio de subvenções e pelo segundo setor (empresas) por meio de doações, ou ainda por pessoas físicas; todo o resultado econômico é aplicado nos fins sociais a que se destinam.

Segundo Rosa *et al* (2003), as organizações que fazem parte do terceiro setor apresentam cinco características: estruturadas (possuem um certo nível de formalização), privadas (não possuem relação institucional com governos), não distribuidoras de lucros (estes devem ser dirigidos à realização da missão da instituição), autônomas (possuem meios para controlar sua própria gestão) e voluntárias (envolvem um número expressivo de participação voluntária).

Bettiol Junior, Barbieri e Martins (2005, p.4) destacam que “uma das características mais marcantes do terceiro setor é a heterogeneidade das organizações que o compõem”. E citam como exemplos dessas entidades: hospitais, associações de interesse mútuo, centros comunitários, organizações de defesa de direitos, fundações, organizações religiosas, entre outros. Nesse contexto incluem-se as Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAES).

Para Pimenta e Brasil (2006, p. 82) a heterogeneidade das entidades do terceiro setor tornava complexo o mapeamento e a quantificação dessas organizações e ainda “dificultava o estabelecimento de normas, incentivos e políticas para o setor, representando uma grande barreira para seu desenvolvimento”. Os autores destacam ainda que o campo da gestão é um dos espaços centrais para o avanço das organizações do Terceiro Setor, ressaltando:

A profissionalização dos que atuam nesta área é defendida, principalmente para aqueles que desempenham papéis gerenciais, pois gestores com sólida informação e domínio de técnicas administrativas permitiriam o cumprimento mais sistematizado e articulado dos objetivos das Instituições sociais. (PIMENTA, BRASIL, 2006, p.83)

Diante da diversidade de entidades que compõem o terceiro setor, pode-se perceber a importância desse segmento na sociedade, e por consequência a importância de demonstrarem transparência das ações que realizam. Diante disto, a gestão destas entidades assumiu especial relevância.

Alves Júnior, Faria e Fontonele (2009) sintetizam os desafios para a gestão do terceiro setor baseando-se em Salamon (2005), Falconer (1999), Tenório (1999) e Drucker (1997), conforme demonstra-se no Quadro 1:

Falconer (1999) cita alguns aspectos proeminentes na gestão de entidades do terceiro setor, dentre eles: *accountability*, sustentabilidade financeira, capacidade de articulação e qualidade de serviços. O termo *accountability* refere-se à transparência nas ações das entidades do terceiro setor. Ela é, segundo Heckert (2001, p. 45), “de crucial importância para aquelas que trabalham com doações, pois os financiadores querem ter certeza de que seu dinheiro foi empregado no desenvolvimento da missão, segundo suas expectativas”. O autor complementa afirmando que:

Um instrumento desenvolvido para aumentar a *accountability* das organizações é o “balanço social”. Da mesma forma que o balanço tradicional, ele mostra as fontes de financiamento da empresa e onde foram aplicados estes recursos. O balanço social pode ter, ainda, indicadores de desempenho das atividades das organizações do terceiro setor.

Concorda-se com o autor ao considerar o Balanço Social um importante instrumento de transparência e de gestão para as entidades do terceiro setor.

Desafio (Gestão)	Descrição (Ênfase)
Legitimidade	Sair da clandestinidade, divulgar suas atividades para toda a sociedade, ou seja, buscando a formalização legal.
Sustentabilidade	Capacidade de captar recursos, interagir com a sociedade e desenvolver política de gestão ambiental, dando suporte às estruturas de gestão, de maneira suficiente e continuada, sem comprometer a capacidade das gerações futuras.
Capacidade de articulação	Poder articular junto ao poder público e à iniciativa privada, sem interesses individuais, tomando-se mais participativo e parceiro.
Utilização de indicadores de desempenho	Mensurar as práticas de gestão utilizadas, para melhoria da qualidade de vida das pessoas da comunidade, como forma de quantificar e evidenciar esses resultados.
Converter doadores em contribuintes	Adotar postura de independência em relação aos doadores, para obtenção dos recursos, saindo da dependência dos mesmos.
Criar objetivos e identidades comuns	Ter a finalidade de transformação de cada cidadão em membro atuante e dinâmico em sua sociedade, visando sempre à causa social em questão.
Expandir suas ações sociais	Poder multiplicar as técnicas de gestão para outras regiões, com o propósito de disseminar as práticas para o bem-comum.
Accountability (transparência)	Necessidade de transparência e responsabilidade de prestar contas perante os diversos públicos com interesses legítimos diante delas.
Qualidade dos serviços	Uso eficiente dos recursos e adequada avaliação do que deve ser priorizado, em função da disponibilidade dos mesmos e das necessidades do público e das alternativas existentes.

Quadro 1: Desafios de gestão para organizações do terceiro setor
 Fonte: Alves Júnior, Faria e Fontonele (2009)

2.2 Balanço Social

A responsabilidade social está inserida no mundo dos negócios. As empresas e a sociedade em geral deparam-se com novas exigências do mercado e do mundo, fazendo com que haja mudanças de consciência.

As ações sociais destacam-se nas empresas ou entidades com a criação de valores que demonstrem responsabilidade e ética com as pessoas, as comunidades e o meio ambiente.

Para Bueno et al (2002) a atuação das organizações em ações sociais pode-se dar em quatro esferas: qualidade de vida, capacitação pessoal, convivência pessoal e sobrevivência. Dessa forma, voltando sua atuação para uma dessas áreas, a organização associará a sua imagem à preocupação com a sociedade, definindo o seu foco estratégico com relação à responsabilidade social.

Para tornar públicas essas ações sociais, diversas alternativas podem ser adotadas, entre elas a publicação de informativos e relatórios detalhando os projetos implantados pela organização. Um instrumento que tem essa finalidade específica é o Balanço Social.

Segundo Tinoco e Kraemer (2004, p. 87), o “Balanço Social é um instrumento de gestão e de informação que visa evidenciar, de forma mais transparente possível, informações contábeis, econômicas, ambientais e sociais, do desempenho das entidades, aos mais diferentes usuários”.

Para Kroetz (2000, p.136):

O Balanço Social representa a demonstração dos gastos e das influências (favoráveis e desfavoráveis) recebidas e transmitidas pelas entidades, na promoção humana, social e ecológica, e os efeitos dessa interação são dirigidos aos gestores, aos empregados e à comunidade, no espaço temporal passado/ presente/ futuro.

Ainda para reforçar a utilidade do Balanço Social, Silva e Freire (2000) afirmam que é um instrumento valioso para medir o desempenho do exercício da responsabilidade social de um empreendimento. Reúne informações sobre atividades desenvolvidas em promoção humana e social, dirigidas a seus empregados e à comunidade na qual a empresa está inserida.

Machado, Machado e Santos (2009) enfatizam que o balanço social não é apenas um instrumento para apresentar o desempenho social da entidade, mas também o desempenho econômico e a sua relação com a sociedade e o meio interno e externo.

2.2.1 Evolução histórica

Desde o início do século XX registram-se manifestações da sociedade relacionadas à responsabilidade social das empresas. Segundo Tinoco e Kraemer (2004, p.18):

O clamor pelo reconhecimento da responsabilidade social, pelas empresas e dos governos, nas décadas de 60 e 70 do século recém-terminado, levou à implantação do Balanço Social, inicialmente na França, em 1977, e se difundiu depois para outros países, especialmente na Europa, tendo aportado ao Brasil nos anos 80, onde ainda engatinha.

De acordo com Kroetz (2000, p. 55) “[...] foram os americanos, europeus e latino-americanos, desde o final da década 70, que desenvolveram modelos de Contabilidade Social, Auditoria Social e Balanço Social seguindo interesses, particularidades e culturas próprias”. O autor destaca que na América Latina, o Balanço Social surgiu mesclando a experiência americana e europeia.

No Brasil, a primeira abordagem sobre o tema de responsabilidade social das empresas ocorreu por volta de 1960, quando houve a criação da Associação dos Dirigentes Cristãos de Empresas, conhecida por ADCE, que tinha como propósito trazer benefícios aos funcionários e a toda a sociedade. A ideia começou a ser discutida na década de 70. Contudo, segundo o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas – IBASE, apenas nos anos 80 surgiram os primeiros Balanços Sociais de empresas. A partir da década de 90 corporações de diferentes setores passaram a publicar Balanços Sociais anualmente.

O IBASE destaca que a proposta, no entanto, só ganhou visibilidade nacional quando o sociólogo Herbert de Souza, o Betinho, lançou, em junho de 1997, uma campanha pela divulgação voluntária do Balanço Social. Kroetz (2000, p. 59) considera que o sociólogo foi o “grande interlocutor e promotor dessa nova realidade”.

2.2.2 Objetivos e usuários do Balanço Social

Analisando os conceitos apresentados de Balanço Social, percebe-se que seus objetivos estão ligados à divulgação das ações sociais das entidades à sociedade em geral. Segundo Tinoco e Kraemer (2004), um dos objetivos do Balanço Social é ser justo e transmitir informações de forma que atenda a necessidade de todos aqueles que dela precisam.

Kroetz (2000, p. 79-80) define que o objetivo genérico do Balanço Social é “suprir as necessidades de apresentação de informações de caráter social e ecológico” e apresenta ainda alguns objetivos específicos dessa demonstração:

- a) revelar, conjuntamente com as demais demonstrações contábeis, a solidez da estratégia de sobrevivência e crescimento da entidade;
- b) evidenciar com indicadores as contribuições à qualidade de vida da população;
- c) abranger o universo das interações sociais entre clientes, fornecedores, associações, governo, acionistas, investidores, universidade e outros;
- d) apresentar os investimentos no desenvolvimento de pesquisas e tecnologias;
- e) ampliar o grau de confiança da sociedade na entidade;
- f) contribuir para a implementação e manutenção de processos de qualidade;
- g) medir os impactos das informações apresentadas no Balanço Social perante a comunidade dos negócios; no amanhã da entidade; na marca/goodwill, na imagem do negócio;
- h) verificar a participação do quadro funcional no processo de gestão (fase da gestão participativa);
- i) melhorar o sistema de controle interno, permitindo qualificar o ambiente organizacional, numa perspectiva de confirmar a regularidade da gestão identificada com o gerenciamento social e ecologicamente correto;
- j) clarificar os objetivos e as políticas administrativas, julgando a administração não apenas em função do resultado econômico, mas também dos resultados sociais.

Em virtude da variedade de usuários do Balanço Social, Kroetz (2000, p. 84) entende que seja “necessária a aplicação de uma metodologia de apresentação econômica, clara e concisa, identificada com as necessidades informativas solicitadas pelos usuários”. E cita alguns dos usuários: trabalhadores, acionistas, governos, fornecedores, concorrentes, diretores e administradores, estudiosos, clientes, sociedade e sindicatos.

Tinoco (2001) destaca que o Balanço Social dirige-se a vários usuários, destacando: grupos cujos membros trabalham de uma forma pessoal e direta para a empresa, os trabalhadores; grupos que se relacionam com a empresa, os clientes; acionistas; sindicatos; instituições financeiras; fornecedores e credores; autoridades fiscais; comunidade local; pesquisadores e professores.

Numa abordagem dos usuários do Balanço Social publicada por uma entidade do terceiro setor, podem-se incluir também os doadores de recursos para manutenção das atividades dessas entidades.

2.2.3 Aspectos legais e modelo

Apesar de algumas tentativas de tornar obrigatória a publicação do Balanço Social no Brasil, ainda não é uma realidade essa obrigatoriedade no país.

Segundo Cavalcanti (2006), há iniciativas a nível estadual e municipal com a criação de leis específicas de incentivo à publicação do Balanço Social pelas empresas sediadas em seus territórios. Cita como exemplo o Estado do Rio de Janeiro, os municípios de Porto Alegre (RS), Uberlândia (MG), entre outros.

Em 19/08/2004 o Conselho Federal de Contabilidade emite a Resolução CFC nº 1.003/04, que Aprova a NBC T 15 – Informações de Natureza Social e Ambiental. Esta norma estabelece procedimentos para evidenciação de informações de natureza social e ambiental, com o objetivo de demonstrar

à sociedade a participação e a responsabilidade social da entidade. Institui a Demonstração de Informações de Natureza Social e Ambiental, que quando elaborada deve evidenciar os dados e as informações de natureza social e ambiental da entidade, extraídos ou não da contabilidade, de acordo com os procedimentos determinados por esta norma.

Em virtude de ainda não haver a obrigatoriedade de publicação do Balanço Social no Brasil, as entidades divulgam os dados do Balanço Social da forma que acharem melhor, sem serem obrigadas a seguir uma estrutura básica.

De acordo com Kroetz (2000) o Balanço Social deve informar a influência da entidade no meio ambiente e internamente deve demonstrar informações que contribuam para a qualidade de vida da organização e para a promoção humana (saúde, alimentação, esporte, segurança, educação profissional e formal) de seus empregados. Também poderão ser divulgados indicadores que revelam tendências do futuro da entidade, numa visão proativa. Os componentes do Balanço Social apresentado pelo autor são ilustrados na Figura 1.

Machado, Machado e Santos (2009) ressaltam que “o Balanço Social possui pelo menos quatro vertentes, a saber: a do valor adicionado, a de recursos humanos, a de recursos ambientais e a das relações com a sociedade”.

Algumas instituições, como o IBASE e a Fundação Instituto de Desenvolvimento Empresarial e Social – FIDES, vêm desenvolvendo modelos de Balanço Social, com o objetivo de incentivar e facilitar a sua publicação.

O IBASE divulgou um modelo de Balanço Social baseado no Projeto de Lei nº 3.116, de 1997. Resumidamente, o modelo propõe os seguintes itens:

- a) indicadores laborais: se referem aos gastos com os empregados – salários, benefícios, participação nos lucros e outros;
- b) indicadores do corpo funcional: referem-se ao número de empregados, número de mulheres, número de deficientes físicos, admissões e demissões;

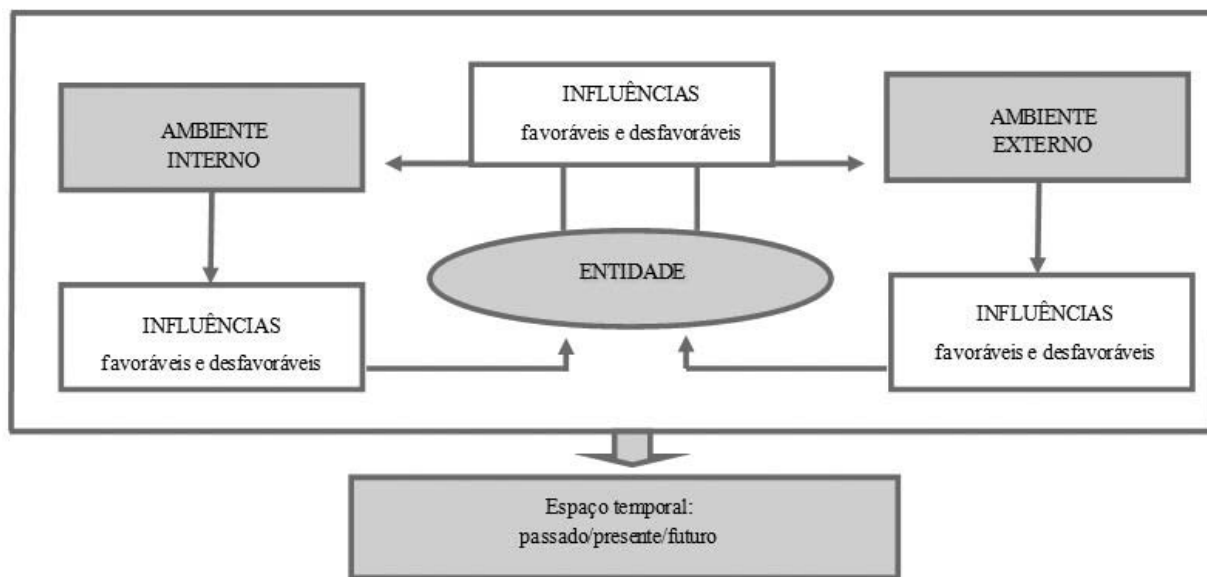


Figura 1: Componentes do Balanço Social
Fonte: KROETZ (2000, p. 89)

c) indicadores sociais: dizem respeito ao pagamento de impostos e aos investimentos da empresa na sociedade e em projetos ambientais.

Para as entidades do terceiro setor, o IBASE também dispõe de um modelo. O formulário disponibilizado pelo Instituto pode ser usado por qualquer entidade do terceiro setor, seja associação, fundação ou organização não governamental. As informações contemplam: as origens de recursos, como eles foram aplicados (projetos, salários, impostos) e indicadores sociais internos, ou seja, os benefícios dados aos funcionários, como creche, segurança etc. Além disso, lista projetos e indicadores de igualdade de oportunidades, como a proporção entre mulheres e homens, quantidade de pessoas com deficiência, idade média dos ocupantes de cargos de chefia, entre outras informações. Há ainda itens a serem preenchidos informando a qualificação dos funcionários e seu processo de admissão.

Outros países estão desenvolvendo modelos que se propõem globais, como por exemplo, a organização inglesa Accountability está desenvolvendo o Access, cujo objetivo é “aumentar significativamente a qualidade e a quantidade do investimento social”.

Todo Balanço Social deverá conter a Demonstração do Valor Adicionado (DVA). Essa obrigatoriedade está normatizada através da Resolução 1.010/05 do Conselho Federal de Contabilidade.

2.2.4 Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

A Demonstração do Valor Adicionado – DVA apresenta dados que mostram a riqueza gerada e sua distribuição pelas entidades em determinado período (KROETZ, 2000).

Para Kraemer e Tinoco (2004, p. 98), valor adicionado:

[...] é o valor total da produção de bens e serviços de determinado período, menos o custo dos recursos adquiridos de terceiros, necessários a essa produção, bem como a forma pela qual este está sendo distribuído entre os diferentes grupos sociais que interagem com suas atividades.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, por meio do pronunciamento técnico CPC 09/2008, determina que:

Valor adicionado representa a riqueza criada pela empresa, de forma geral medida pela diferença entre o valor das vendas e os insumos adquiridos de terceiros. Inclui também o valor adicionado recebido em transferência, ou seja, produzido por terceiros e transferido à entidade.

O referido pronunciamento menciona ainda que “a DVA deve proporcionar aos usuários das demonstrações contábeis informações relativas à riqueza criada pela entidade em determinado período e a forma como tais riquezas foram distribuídas” (CPC 09/2008). E apresenta três modelos distintos: um destinado às entidades mercantis e prestadoras de serviços; um às instituições financeiras e outro às seguradoras.

A DVA tem importante papel no Balanço Social, servindo para auxiliar na medição e demonstração da capacidade de geração e distribuição de riquezas de uma entidade. Ela pode

ser elaborada com base em dados contábeis, retirados por registros efetuados de acordo com os Princípios Fundamentais de Contabilidade, que provavelmente serão obtidos da Demonstração de Resultado do Exercício (SANTOS, 2003).

Por meio da DVA, é possível perceber a contribuição econômica da entidade para cada segmento com quem ela se relaciona, constituindo-se no Produto Interno Bruto (PIB) produzido pela organização KROETZ (2000, p. 42).

Além de conhecer os conceitos teóricos importantes para atingir o objetivo estabelecido para essa pesquisa, faz-se necessário também conhecer um pouco as entidades que serão objeto desse estudo.

2.3 Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE

A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE é uma organização social que se destaca no país pelo seu pioneirismo. Nasceu no Rio de Janeiro, no dia 11 de dezembro de 1954, na ocasião da chegada ao Brasil de Beatrice Bemis, procedente dos Estados Unidos, membro do corpo diplomático norte-americano e mãe de uma portadora de Síndrome de Down. Motivados por aquela cidadã, um grupo, congregando pais, amigos, professores e médicos de excepcionais, fundou a primeira Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE do Brasil.

Caracteriza-se por ser uma organização social, cujo objetivo principal é promover a atenção integral à pessoa com deficiência, prioritariamente aquela com deficiência intelectual e múltipla. A Rede APAE destaca-se por seu pioneirismo e capilaridade, estando presente, atualmente, em mais de dois mil municípios em todo o território nacional.

A APAE caracteriza-se como o maior movimento filantrópico do Brasil e do mundo, na sua área de atuação. É uma explosão de multiplicação, verdadeiramente notável sob todos os aspectos, levando-se em conta as dificuldades do país, terrivelmente carente de recursos no campo da Educação e mais ainda, na área de Educação Especial. Este crescimento vertiginoso acontece pela atuação da Federação Nacional das APAEs e das Federações Estaduais das APAEs, que permitiram e incentivaram a formação de novas APAEs. Estas, através de congressos, encontros, cursos, palestras etc., sensibilizam a sociedade em geral, bem como viabilizam os mecanismos que garantam os direitos da cidadania da pessoa com deficiência no Brasil.

A missão da APAE é promover e articular ações de defesa de direitos, prevenção, orientação, prestação de serviços e apoio às famílias, direcionadas à melhoria de qualidade de vida da pessoa portadora de deficiência e à construção de uma sociedade justa e solidária.

3 Método e Procedimentos De Pesquisa

Considerando o objetivo proposto, esse estudo consiste de uma pesquisa descritiva, uma vez que busca identificar e analisar as percepções dos gestores das APAEs da região do Alto Vale do Itajaí/SC sobre o Balanço Social. De acordo com Gil (2002, p. 42), “as pesquisas descritivas têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população”.

Quanto aos procedimentos técnicos, trata-se de uma pesquisa de levantamento ou survey. Gil (2002, p. 50) descreve pesquisas de levantamento da seguinte maneira:

Caracterizam-se pela interrogação direta das pessoas cujo comportamento se deseja conhecer. Basicamente, procede-se à solicitação de informações a um grupo significativo de pessoas acerca do problema estudado para, em seguida, mediante análise quantitativa, obterem-se as conclusões correspondentes aos dados coletados.

Segundo Raupp e Beuren (2006, p. 85), “os dados referentes a esse tipo de pesquisa podem ser coletados com base em uma amostra retirada de determinada população ou universo que se deseja conhecer”.

A abordagem da questão-problema do presente estudo recai em uma pesquisa quantitativa. Os dados serão coletados e tabulados objetivando identificar as opiniões e entendimentos dos respondentes quanto ao tema desse estudo. De acordo com Beuren (2006, p. 92), esse tipo de abordagem “caracteriza-se pelo emprego de instrumentos estatísticos, tanto na coleta quanto no tratamento dos dados”.

Como instrumento de coleta de dados utilizou-se de um questionário que foi encaminhado via endereço eletrônico (*e-mail*) aos gestores das APAES da região do Alto Vale do Itajaí/SC. A região abrange 14 municípios. São eles: Agrolândia, Apiúna, Imbuia, Ituporanga, José Boiteux, Pouso Redondo, Presidente Getúlio, Rio do Campo, Rio do Sul, Salete, Taió, Trombudo Central, Vidal Ramos e Witmarsum.

O questionário foi composto por questões abertas e fechadas sobre o tema em estudo. As questões abertas, segundo Raupp e Beuren (2006, p. 131), “são as que permitem ao informante responder livremente, usando sua própria linguagem e emitir opiniões se necessário”. Já as questões fechadas, segundo os mesmos autores (2006, p. 131), “apresentam ao respondente um conjunto de alternativas de respostas para que seja escolhida a que melhor evidencia a situação do ponto de vista do respondente”.

4 Análise e Interpretação dos Dados

Para a realização da pesquisa de levantamento, utilizou-se um questionário, com o intuito de avaliar qual a percepção dos gestores dos gestores das APAES da região do Alto Vale do Itajaí/SC sobre o Balanço Social. O questionário foi enviado para as 14 APAES que compõem a região. A amostra final, cujos resultados são aqui demonstrados e analisados, contou com seis questionários respondidos. Para a elaboração do questionário, tomou-se por base o modelo de Balanço Social apresentado pelo IBASE para as entidades sem fins lucrativos. A tabulação dos dados seguiu a ordem do questionário, agrupando as respostas em quadros e análises descritivas, aplicando-se frequência e percentual nas respostas das entidades.

Inicialmente identificaram-se as entidades respondentes. Questionou-se sobre características comuns, como isenção da cota patronal do INSS, certificados e registros. Entre as respostas obtidas, identifica-se que apenas uma delas não possui a isenção da cota patronal do INSS nem o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social. Todas são de

utilidade pública federal, estadual e municipal. E apenas uma é organizada como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP.

Na sequência, questionou-se sobre características do respondente. Perguntou-se sobre a função ou cargo, tempo de serviço na entidade e sua escolaridade. Apenas um respondente exerce as funções de secretário executivo, os demais todos exercem as funções de diretor. A média de tempo de serviço dos respondentes na entidade é de 9,8 anos. Um dos respondentes atua na empresa somente há quatro meses e a maioria atua nas empresas há no mínimo quatro anos, sendo que o maior tempo de serviço é 20 anos. Em relação à escolaridade, todos os profissionais possuem curso superior concluído, com predominância na formação em Pedagogia em Educação Especial, curso pertinente às atividades principais da entidade.

A abordagem específica sobre o tema Balanço Social iniciou perguntando a quantidade de colaboradores da entidade. A média de colaboradores por entidade é de 29, sendo que a menor quantidade é de 19 colaboradores e maior quantidade é de 60 colaboradores.

A caracterização dos respondentes, identificando a função, tempo de serviço e escolaridade de cada um, os qualifica para responder o questionário enviado. A quantidade de colaboradores é considerada importante para a validação das demais respostas obtidas, relativas à pesquisa, que visam a atingir o objetivo proposto para este estudo, pois, embora a quantidade de colaboradores não seja parâmetro para avaliar responsabilidade social das entidades, supõe-se que quanto maior é a quantidade de pessoas empregadas em uma organização, mais complexa é sua gestão e por consequência, maiores são os desafios no sentido de se atender às expectativas do grupo de colaboradores, através de ações desencadeadas pela empresa em seu ambiente interno e/ou externo. Nesse sentido, tais ações ou a necessidade delas se tornam mais evidentes.

A questão dois da pesquisa objetivava identificar quais os procedimentos que a entidade adota, no final de cada ano, em relação aos seus indicadores sociais.

Faz um levantamento dos seus indicadores sociais, mas não os publica	2
Faz um levantamento de seus indicadores sociais e os publica de alguma forma que não seja o Balanço Social	2
Faz um levantamento de seus indicadores sociais e os publica na forma de Balanço Social	2
Não faz levantamento dos seus indicadores sociais	0

Quadro 2: Levantamento e publicação de indicadores sociais
Fonte: elaborado pelos autores

Percebe-se pelas respostas demonstradas no Quadro 2 que todas as entidades fazem levantamento de seus indicadores sociais (ações sociais) ao final de cada ano, no entanto apenas duas delas publicam na forma de Balanço Social.

A questão três da pesquisa perguntava desde quando as entidades publicam o seu Balanço Social. Das duas entidades que publicam o Balanço Social, uma o publica desde o

ano de 2002 e a outra desde o ano de 2005, porém, não responderam o meio utilizado para sua publicação.

A pergunta quatro do instrumento de pesquisa visava identificar, sob a ótica dos gestores, os motivos que levam as entidades a incorrerem em alguns tipos de gastos ou investimentos com empregados. O respondente poderia escolher um, entre cinco motivos pré-definidos: não investe, investe em virtude de lei, investe interessada em maior retorno, investe preocupada com o bem-estar social ou investe por mera liberalidade.

As respostas da questão quatro podem ser visualizadas no Quadro 3:

Indicadores sociais internos	Não investe	Lei	Retorno	Bem-estar	Liberalidade	Não respondeu	Total
Alimentação	17%	***	***	83%	***	***	100%
Educação	33%	***	17%	50%	***	***	100%
Capacitação e desenvolvimento profissional	***	***	67%	17%	***	17%	100%
Creche ou auxílio-creche	83%	***	***	***	***	17%	100%
Saúde	67%	***	***	17%	***	17%	100%
Transporte	50%	17%	***	33%	***	***	100%
Bolsas/estágios	67%	***	***	17%	***	17%	100%

Quadro 3: Motivos de gastos e/ou investimentos com empregados (Indicadores sociais internos)

Fonte: elaborado pelos autores

Segundo a maioria dos respondentes, os gastos/investimentos com empregados, quando existentes, são motivados pela preocupação da entidade com o bem-estar social de seus colaboradores. No caso dos gastos com capacitação e desenvolvimento profissional, a maioria dos gestores (67%) concorda que as entidades esperam obter maior retorno para suas atividades com esse investimento. Destaca-se que não se podem observar gastos/investimentos com creche ou auxílio-creche para os empregados, sendo que 83% dos respondentes afirmam não terem esse gasto/investimento e 17% nem responderam a essa questão.

Seguindo a mesma lógica da questão quatro, a questão cinco tinha o intuito de identificar os motivos que levam as entidades a incorrerem em alguns tipos de gastos ou investimentos com a sociedade (comunidade). As alternativas para os respondentes eram as mesmas da questão quatro: não investe, investe em virtude de lei, investe interessada em maior retorno, investe preocupada com o bem-estar social ou investe por mera liberalidade.

Da mesma forma que a questão anterior, nesta também se pode observar que os gastos/investimentos com projetos e ações para a sociedade, quando existentes, são motivados pela preocupação da entidade com o bem-estar social, com a exceção dos gastos com educação infantil e creches comunitárias. Contudo, percebe-se, pela análise do Quadro 3, que há um percentual considerável que não investe em nenhum dos projetos listados.

Nessa questão havia também a opção de os respondentes indicarem se a entidade realiza outro gasto/investimento com projetos e ações para a sociedade, além dos citados e quais seriam. Dois respondentes responderam que sim. Um respondeu que investem em projetos de reabilitação e outro respondeu que investem em oficinas profissionalizantes de fraldas e grupos de mães.

As respostas da pergunta cinco do questionário podem ser visualizadas no Quadro 4:

Projetos, ações e contribuições para a sociedade	Não investe	Lei	Retorno	Bem-estar	Liberalidade	Não respondeu	Total
Direito da criança e do adolescente	17%	***	***	83%	***	***	100%
Diversidade, etnias e questão racial	***	***	***	66%	17%	17%	100%
Educação popular/alfabetização	33%	***	***	50%	***	17%	100%
Direito de pessoas com necessidades especiais	***	***	***	100%	***	***	100%
Segurança alimentar/combate à fome	17%	***	***	83%	***	***	100%
Educação infantil/creches comunitárias	50%	***	***	33%	***	17%	100%
Saúde e saneamento	33%	***	***	50%	***	17%	100%
Meio ambiente	33%	***	17%	50%	***	***	100%
Inclusão digital	33%	***	***	50%	***	17%	100%

Quadro 4: Motivos de gastos e/ou investimentos com a sociedade (Projetos, ações e contribuições)

Fonte: elaborado pelos autores

A questão seis da pesquisa pedia aos respondentes que avaliassem o grau de necessidade de publicação do Balanço Social da empresa para alguns grupos de interesse relacionados.

Para essa questão havia cinco possibilidades de respostas: extremamente necessário, necessário, sem efeito, desnecessário e totalmente desnecessário. As respostas para essa questão podem ser visualizadas no Quadro 5.

Grupos de interesse	Extr. necessário	Necessário	Sem efeito	Desnecessário	Total. des-necessário	Não respondeu	Total
Comunidade onde a entidade está instalada	83%	17%	***	***	***	***	100%
Governos	33%	67%	***	***	***	***	100%
Clientes	67%	33%	***	***	***	***	100%
Gerentes/administradores	67%	33%	***	***	***	***	100%
Empregados	67%	33%	***	***	***	***	100%
Sindicatos	50%	17%	17%	17%	***	***	100%
Organizações ambientais	17%	50%	***	33%	***	***	100%
Instituições financeiras	33%	50%	17%	***	***	***	100%
Proprietários/acionistas	67%	33%	***	***	***	***	100%
Fornecedores	50%	50%	***	***	***	***	100%
Concorrentes	***	67%	***	17%	***	17%	100%

Quadro 5: Avaliação da necessidade de publicação do Balanço Social

Fonte: elaborado pelos autores

Percebe-se nas respostas dessa questão que os respondentes consideram necessária a publicação do Balanço Social para todos os grupos de interesse relacionados, oscilando as respostas em extremamente necessário ou necessário. No entanto, ainda que a necessidade de publicação do Balanço Social fique evidente nas respostas dos sujeitos da pesquisa, somente duas empresas publicam o Balanço Social, conforme pode ser visto no Quadro 1.

Enquanto a questão seis avaliava o grau de necessidade de publicação do Balanço Social por grupos de interesse listados, a questão sete solicitava aos gestores das entidades que avaliassem o grau de influência que esses grupos exercem sobre a entidade para que a mesma publique o Balanço Social. As respostas para esta questão podem ser visualizadas no Quadro 6. Para essa questão, havia cinco possibilidades de respostas: sem influência, fraca influência, alguma influência, muita influência e forte influência.

Grupos de interesse	Sem influência	Fraca influência	Alguma influência	Muita influência	Forte influência	Não respondeu	Total
Comunidade onde a entidade está instalada	***	17%	17%	33%	33%	***	100%
Governos	***	17%	67%	17%	***	***	100%
Clientes	33%	***	33%	***	33%	***	100%
Gerentes/administradores	33%	***	***	50%	17%	***	100%
Empregados	17%	17%	17%	33%	17%	***	100%
Sindicatos	50%	17%	17%	17%	***	***	100%
Organizações ambientais	67%	***	33%	***	***	***	100%
Instituições financeiras	50%	17%	***	33%	***	***	100%
Proprietários/acionistas	17%	***	17%	67%	***	***	100%
Fornecedores	33%	***	33%	33%	***	***	100%
Concorrentes	33%	33%	17%	***	***	17%	100%

Quadro 6: Avaliação da influência para a publicação do Balanço Social

Fonte: elaborado pelos autores

De acordo com os respondentes, os grupos de interesse que mais exercem influência para que a entidade publique o seu Balanço Social são: governo, gerentes e administradores e proprietários, que no caso de entidades pode-se interpretar como a presidência ou diretoria. Os grupos que menos exercem influência, segundo os respondentes, são as organizações ambientais

e instituições financeiras. No entanto, pode-se destacar que 33% dos respondentes consideram que a comunidade onde a entidade está instalada e os clientes dela exercem forte influência para que a entidade publique seu Balanço Social.

As últimas questões da pesquisa pediam aos respondentes que relacionassem as ações sociais praticadas pelas entidades no ano de 2008 e discorressem sobre o questionário realizado ou sobre o Balanço Social.

Em relação às ações sociais praticadas no ano de 2008, todos os respondentes anexaram um relatório das suas atividades, no qual é possível evidenciar todas as ações sociais realizadas pela entidade. Nesta resposta consegue-se perceber que, apesar de apenas duas das entidades pesquisadas publicarem seu Balanço Social, todas possuem muitas ações e informações organizadas que as possibilitariam publicar o Balanço Social anual. Essa resposta demonstra que as entidades, além de serem, por natureza, voltadas às ações sociais enquanto atendem os excepcionais, apresentam ações voltadas aos seus funcionários, à comunidade local e às famílias dos excepcionais.

Para a última questão, as respostas demonstraram o interesse pelo tema abordado e destaca-se uma delas, de uma entidade que não publica o Balanço Social:

“Sentimos a necessidade de refletir sobre o Balanço Social e colocá-lo em prática. Desenvolvemos ações sem nos darmos conta da importância da sua divulgação, seja para reconhecimento da entidade, seja para captação de mais parceiros. Este questionário trouxe a oportunidade de olharmos para nós mesmos como entidade social”.

Ao finalizar a análise e interpretação dos dados da pesquisa, de acordo com as respostas obtidas dos gestores, é possível dizer que a prática social das entidades está presente em diversas ações voltadas aos seus empregados e à sociedade. Ficou evidente também que as entidades fazem levantamento de seus indicadores sociais, mas a grande maioria não os publica. De modo geral, a pesquisa demonstrou que os gestores das entidades do terceiro setor da amostra selecionada percebem a importância dos aspectos destacados por Falconer (1999), principalmente no que tange à *accountability*, bem

como ratificam a afirmação de Heckert (2001) ao consideraram o Balanço Social como instrumento para dar transparência à sociedade das suas ações.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As entidades do terceiro setor, por exercerem ações de interesse público, normalmente subsidiadas por doações, subvenções e contribuições de voluntários, precisam manter a transparência das suas ações para dar credibilidade para a sua gestão, garantindo a continuidade das suas atividades.

A utilização de um instrumento especialmente desenvolvido com o fim de divulgar as ações da entidade, por meio de indicadores sociais e ambientais, de forma organizada e sistematizada, como o Balanço Social, pode ser de extrema importância para a gestão da entidade.

Este estudo teve por objetivo identificar as percepções dos gestores das APAEs da região do Alto Vale do Itajaí/SC sobre o Balanço Social. A população pesquisada continha 14 entidades; para essas, foi enviado um questionário e seis delas responderam, sendo essa a amostra da pesquisa. Das respostas obtidas, pode-se identificar a percepção dos gestores dessas APAEs sobre o Balanço Social, respondendo dessa forma a questão-problema desse estudo.

A pesquisa deixou evidente que essas entidades percebem a importância de divulgar suas ações sociais e ambientais. Apesar de a maioria não publicar o Balanço Social, identificou-se que todas fazem periodicamente levantamento de seus indicadores sociais e ambientais, possuem relatórios com informações organizadas sobre todas as atividades realizadas que beneficiam os funcionários e a comunidade. Elas reconhecem a necessidade de publicarem suas ações, bem como identificam os diversos grupos de interesse no Balanço Social.

Pesquisar a opinião dos gestores dessas entidades acerca da prática social da sua entidade e sobre o Balanço Social poderá contribuir para a ampliação das discussões sobre o tema. E sempre que se ampliam discussões, há a possibilidade de outras entidades começarem a refletir sobre o tema e a consequência poderá ser o aumento de publicações de Balanço Social das entidades do terceiro setor.

REFERÊNCIAS

- ALVES JUNIOR, Maiso Dias; FARIA, Maria Vilma Coelho Moreira; FONTONELE, Raimundo Eduardo Silveira. Gestão nas organizações do terceiro setor: contribuição para um novo paradigma nos empreendimentos sociais. XXXIII Encontro da ANPAD. São Paulo, 2009.
- BETTIOL JUNIOR, Alcides; BARBIERI, Geraldo; MARTINS, Gilberto de Andrade. Formação e evidenciação do resultado de entidades do terceiro setor: um estudo de caso. XXIX Encontro da ANPAD. Brasília, 2005.
- BUENO, Érika Lacerda; SERPA, Paula Tavares; SENA, Renata Baumant; OLIVEIRA, Rosely J. B. de; SOEIRO, Simone. A responsabilidade social e o papel da comunicação. In: Responsabilidade social das empresas: a contribuição das universidades. Vol.1. São Paulo: Peirópolis, 2002.
- CAVALCANTI, Marly. Gestão social, estratégias e parcerias: redescobrimo a essência da administração brasileira de comunidades para o terceiro setor. São Paulo: Saraiva, 2006.
- CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE; Manual de procedimentos contábeis e prestação de contas das entidades de interesse social. Brasília: CFC, 2007.
- _____. Resolução nº 1.003 de 19 de agosto de 2004. Aprova a NBC T 15 – Informações de Natureza Social e Ambiental. Brasília/DF. Acesso em 28 de maio de 2009. Disponível em http://www.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2004/001003.

- _____. Resolução nº 1.010 de 25 de janeiro de 2005. Aprova a NBC T 3.7 – Demonstração do Valor Adicionado. Brasília/DF. Acesso em 22 de junho de 2009. Disponível em http://www.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2005/001010.
- FALCONER, A.P. A promessa do terceiro setor: um estudo sobre a construção do papel das organizações sem fins lucrativos e do seu campo de gestão. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo. São Paulo, 1999.
- FEDERAÇÃO NACIONAL DAS APAES. Manual Pais e Dirigentes – uma parceria eficiente. Federação Nacional das Apaes, 1997. Atualizado em 2008. Acesso em 13 de maio de 2009 - <http://www.apaebrasil.org.br>.
- GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 4ª edição. São Paulo: Atlas, 2002.
- HECKERT, Cristiano Rocha. Qualidade de serviços em organizações do terceiro setor. Dissertação (Mestrado) – Escola Politécnica da Universidade de São Paulo. Departamento de Engenharia de Produção. São Paulo, 2001.
- HUDSON, Mike. Administrando organizações do terceiro setor. São Paulo: Makron Books, 1999.
- KROETZ, Cesar Eduardo Stevens. Balanço social: teoria e prática. São Paulo: Atlas, 2000.
- MACHADO, Márcia Reis; MACHADO, Márcio André Veras; SANTOS, Ariovaldo dos. A relação entre setor econômico e investimentos sociais e ambientais. 9º Congresso USP, São Paulo, 2009.
- PIMENTA, Solange Maria; BRASIL, Elvécio Ribeiro. Gestores e competências organizacionais no terceiro setor em Itabira – MG. Gestão & Regionalidade – Nº 64 - mai-ago/2006.
- RAUPP, Fabiano Maury; BEUREN, Ilse Maria. Metodologia da pesquisa aplicável às Ciências Sociais. In. BEUREN, Ilse Maria. (Org). Como elaborar trabalhos monográficos em Contabilidade. 3ª edição. São Paulo: Atlas, 2006.
- ROSA, Alexandre Moraes da et al. Marco legal do terceiro setor: aspectos teóricos e prático. Florianópolis: Tribunal de Justiça/ Divisão de Artes Gráficas, 2003.
- TACHIZAWA, Takeshy. Organizações não governamentais e terceiro setor. São Paulo: Atlas, 2002.
- TINOCO, João Eduardo Prudêncio; KRAEMER, Maria Elisabeth Pereira. Contabilidade e gestão ambiental. São Paulo: Atlas, 2004.
- TINOCO, João Eduardo Prudêncio. Balanço social: uma abordagem da transparência e da responsabilidade pública das organizações. São Paulo: Atlas, 2001.
- <http://www.balancosocial.org.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm> - Acesso em 15 de maio de 2009.
- http://www.cpc.org.br/pdf/CPC_09.pdf - Acesso em 22 de junho de 2009.

ASSINE A REVISTA PENSAR CONTÁBIL
Periodicidade: quadrimestral
Valor da assinatura anual: R\$ 16,00
Abrange 03 edições

Acesse o formulário de assinatura pelo site:
<http://www.crc.org.br/revista/assinatura.asp>